

Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



TERMO DE REFERÊNCIA

N.º 027/SEMUSA/2026

RETIFICADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

n.º 1-768/2026/SEMUSA

UNIDADE CONTRATANTE

Secretaria Municipal de Saúde

1. INTRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Da definição do objeto:

1.1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de **Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e materiais correlatos**, incluindo recarga de botijões P13 e P45, aquisição de botijões, reguladores de pressão e mangueiras, destinados ao atendimento das necessidades das unidades administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cabixi/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.2. A descrição dos itens e as quantidades a serem adquiridas encontram-se detalhadas no **Anexo I** deste Termo de Referência.

1.2. O Estudo Técnico Preliminar constitui documento preparatório a este Termo de Referência, de modo que, na ocorrência de eventual divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

1.3. Da estimativa do valor da contratação e preço(s) máximo(s):

1.3.1. O custo estimado da contratação, bem como o(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) e do(s) grupo(s), quando for o caso, consta(m) no Anexo I deste Termo de Referência.

1.4. Da classificação do objeto:

1.4.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 166 de 1º de setembro de 2023.

1.4.2. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

1.5. Da vigência da contratação:

1.5.1. A contratação entrará em vigor na data de publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e vigorará por **12 (doze) meses**.

1.5.2. O fornecimento do objeto será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, dentro dos quantitativos previamente definidos neste Termo de Referência.

1.5.3. Não serão admitidos aditivos para acréscimo de quantitativos após a entrega total do objeto.

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: saudecabixi.gov@hotmail.com.br

SEMUSA

Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025 - 2028

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação e a descrição da necessidade da contratação encontram-se pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que constitui apêndice deste Termo de Referência, no qual são demonstradas as justificativas técnicas, operacionais e administrativas para a contratação.
- 2.2. A presente contratação decorre da necessidade de fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo (GLP) e materiais correlatos, destinados ao atendimento das unidades administrativas da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo Hospital Municipal, Casa de Apoio de Porto Velho e Unidades de Atenção Básica, visando garantir a continuidade dos serviços essenciais de preparo de refeições para pacientes, acompanhantes e profissionais de saúde.
- 2.3. A ausência ou descontinuidade no fornecimento dos referidos insumos compromete diretamente à execução das atividades institucionais, podendo impactar negativamente a prestação dos serviços públicos de saúde, razão pela qual a contratação se mostra indispensável.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- 3.1. A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) e materiais correlatos, por meio de pregão eletrônico para aquisição imediata, sem utilização do Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- 3.2. O objeto compreende o fornecimento de recargas de botijões de GLP (P13 e P45), aquisição de botijões novos, bem como o fornecimento de itens correlatos, tais como reguladores de pressão e mangueiras, destinados ao atendimento das demandas das unidades administrativas da Secretaria Municipal de Saúde.
- 3.3. O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, dentro dos quantitativos previamente definidos, garantindo o abastecimento contínuo das unidades atendidas, especialmente Hospital Municipal, Unidades Básicas de Saúde e Casa de Apoio localizada no município de Porto Velho/RO.
- 3.4. Para fins de planejamento, estima-se que parte do quantitativo do item gás liquefeito de petróleo (GLP) na capacidade de 13 kg (P13) será destinada à Casa de Apoio localizada no município de Porto Velho/RO, podendo variar conforme a necessidade da Administração.
- 3.5. **A execução do objeto contempla todo o ciclo de vida da solução, incluindo:**
 - fornecimento e entrega dos botijões e recargas de GLP;
 - substituição e/ou recarga dos recipientes, quando aplicável;
 - transporte adequado dos materiais, observando normas de segurança;
 - conferência dos produtos no ato da entrega;
 - garantia das condições de uso, qualidade e segurança dos itens fornecidos.
- 3.6. Os produtos fornecidos deverão atender às normas técnicas e de segurança vigentes, especialmente aquelas aplicáveis ao armazenamento, transporte e manuseio de GLP, observando as diretrizes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e demais normas pertinentes.
- 3.7. A empresa contratada deverá assegurar que os botijões, reguladores e mangueiras estejam em perfeitas condições de uso, livres de avarias, vazamentos ou quaisquer defeitos que possam comprometer a segurança dos usuários ou a adequada utilização do produto.

SEMUSA

Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

3.8. A descrição detalhada dos itens, quantitativos e especificações técnicas encontra-se no Anexo I deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados no Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste Termo de Referência.

5.2. Além dos critérios previstos no ETP, deverão ser observados, no âmbito da presente contratação, os seguintes requisitos, em conformidade com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.2.1. A contratada deverá assegurar que o transporte, armazenamento e fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) sejam realizados em conformidade com as normas técnicas e ambientais vigentes, minimizando riscos de vazamentos, acidentes e impactos ao meio ambiente;

5.2.2. Os botijões, reguladores e mangueiras fornecidos deverão atender às normas de qualidade e segurança, devendo estar em perfeitas condições de uso, sem avarias ou defeitos que possam comprometer a segurança ou gerar impactos ambientais;

5.2.3. A contratada deverá adotar práticas que reduzam impactos ambientais decorrentes do transporte, tais como otimização de rotas e manutenção adequada dos veículos utilizados na entrega;

5.2.4. Em caso de substituição de materiais defeituosos ou inservíveis, a contratada deverá realizar o recolhimento e dar destinação ambientalmente adequada aos itens, observando a legislação vigente, especialmente a Lei nº 12.305/2010;

5.2.5. A contratada deverá cumprir todas as exigências legais e normativas aplicáveis ao objeto, inclusive quanto às licenças ambientais e autorizações necessárias ao exercício da atividade.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. Do prazo de entrega:

6.1.1. O fornecimento do objeto deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante o recebimento da nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, emitido após a publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

6.1.2. O prazo para entrega dos itens não poderá ser superior a **24 (vinte e quatro) horas**, contados a partir do recebimento da solicitação formal pela CONTRATADA.

6.1.3. Para unidades localizadas fora da sede do município, como a Casa de Apoio situada no município de Porto Velho, o prazo para entrega poderá ser de até 48 (quarenta e oito) horas, considerando as condições logísticas.

6.1.4. As entregas deverão ocorrer diretamente nas unidades administrativas indicadas pela CONTRATANTE, incluindo Hospital Municipal, Unidades Básicas de Saúde e Casa de Apoio localizada no município de Porto Velho/RO, **devendo a CONTRATADA possuir capacidade operacional para atendimento em todas as localidades.**

SEMUSA

Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

6.1.5. Para a unidade da Casa de Apoio localizada no município de Porto Velho, o fornecimento será restrito ao item gás liquefeito de petróleo (GLP) na capacidade de 13 kg (P13), **em razão das características operacionais da unidade.**

6.1.6. Em situações excepcionais, devidamente justificadas, os prazos estabelecidos poderão ser flexibilizados pela CONTRATANTE, desde que não comprometam a continuidade do abastecimento e a execução do objeto.

6.1.7. Caso não seja possível fornecer o objeto no prazo estabelecido, a CONTRATADA deverá comunicar previamente ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, apresentando justificativa formal, a qual será analisada pela Administração, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

6.2. Do local de entrega:

6.2.1. Os **locais de entrega** dos objetos serão:

- A) Secretaria Municipal de Saúde, no Setor Administrativo **Hospital e Pequeno Porte – HPP**, situada na Rua Carijós, nº 3338, Bairro Centro, telefone (69) 99207-5476, no horário das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.
- B) Secretaria Municipal de Saúde, no Setor Administrativo **Posto de Saúde São João**, situada na Linha 7, s/n, telefone (69) 99207-5476, no horário das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.
- C) Secretaria Municipal de Saúde, no Setor Administrativo **Posto De Saúde Tiradentes**, na Linha 9 - S/N, fone (69) 99207-5476, no horário das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.
- D) Secretaria Municipal de Saúde, no Setor Administrativo **Posto De Saúde São Francisco** na Av. Tupiniquins n.º 3956, Bairro centro, fone (69) 99207-5476, no horário das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis
- E) Secretaria Municipal de Saúde, no Setor Administrativo **Casa de Apoio**, situada na Rua Matrinchã, nº 415, Bairro Lagoa, no **município de Porto Velho**, telefone (69) 99207-5476, no horário das 08h às 17h, de segunda a sábado.

6.2.1.1. Além das entregas nos locais designados pelo CONTRATANTE deverá a CONTRATADA, também, descarregar, instalar e montar, o objeto nos locais indicados por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

6.3. Das condições de entrega:

6.3.1. Será avaliado o acondicionamento do objeto no momento da entrega. Desta forma, embalagens violadas, itens manchados, sujos, enferrujados, danificados ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

6.3.2. O número do empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil deverá vir indicado em cada nota fiscal. Não serão aceitas entregas cujo objeto e/ou nota fiscal não estejam rigorosamente de acordo com o empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

6.3.3. Toda e qualquer entrega de objeto fora do estabelecido neste Termo de Referência será, imediatamente, notificada a CONTRATADA que ficará obrigada a substituí-lo no prazo estipulado pelo fiscal do contrato, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, às sanções previstas neste Termo de Referência.

SEMUSA

6.3.3.1. A CONTRATADA deverá recolher o objeto entregue em desacordo com o licitado, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos após a notificação do CONTRATANTE. Após este prazo, não ocorrendo a remoção do objeto, o CONTRATANTE poderá destinar o objeto para descarte ou doação.

6.3.4. O mero recebimento do objeto não caracteriza a aceitação do mesmo.

6.3.5. Caso, no momento da conferência, sejam identificadas divergências, toda a carga será devolvida, sendo necessário novo agendamento para entrega, de acordo com a disponibilidade de horários do almoxarifado.

6.3.6. Não haverá isenção de multa em caso de reagendamento por motivo de inconsistências de entrega.

6.3.7. Os itens deverão estar compatíveis com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), quando aplicável.

6.3.8. O objeto deverá ser entregue em conformidade com as normas técnicas e de segurança aplicáveis ao gás liquefeito de petróleo (GLP), devidamente acondicionado, lacrado e em perfeitas condições de uso, observando as exigências dos órgãos reguladores competentes.

6.3.9. Os botijões de GLP deverão conter identificação visível do fabricante, selo de conformidade dos órgãos competentes, lacre de segurança e estar dentro do prazo de validade, em conformidade com a legislação vigente.

6.3.10. Os itens correlatos, tais como reguladores de pressão e mangueiras, deverão ser novos, originais de fábrica, com certificação e conformidade com as normas técnicas aplicáveis, quando exigido.

6.3.11. Não serão aceitos produtos com avarias, vazamentos, violação de lacre, sinais de uso ou fora dos padrões de segurança.

6.4. Do prazo de validade:

6.4.1. Esta exigência não se aplica a esta contratação.

6.5. Da substituição do objeto:

6.5.1. A CONTRATADA deverá entregar o objeto em conformidade com a proposta vencedora e com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, não sendo admitida a entrega de produtos com características diferentes das ofertadas, salvo prévia autorização da Administração.

6.5.2. Em caso de necessidade de substituição do item ofertado, a CONTRATADA deverá solicitar autorização formal à Secretaria Requisitante, justificando a impossibilidade de fornecimento do produto originalmente proposto, sem alteração do valor contratado.

6.5.3. A substituição somente será aceita se o produto alternativo atender integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis ao GLP e itens correlatos.

6.6. Da documentação necessária na entrega do objeto:

6.6.1. Esta exigência não se aplica a esta contratação.

6.7. Da garantia contratual:



Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

- 6.7.1. O período de garantia do objeto será aquele previsto na legislação aplicável e nas normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), bem como, quando aplicável, o prazo fornecido pelo fabricante para os itens correlatos.
- 6.7.2. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, sendo substituídos pela CONTRATADA, sem ônus para a Administração, caso apresentem vícios, defeitos, vazamentos ou desconformidade com as especificações técnicas exigidas.
- 6.7.3. A garantia limita-se à substituição do produto defeituoso, não implicando obrigação de manutenção, assistência técnica ou qualquer outro serviço continuado por parte da CONTRATADA.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

- 7.1. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.
- 7.2. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1. Para o recebimento do objeto desta licitação, o CONTRATANTE designa os servidores nomeados pela Portaria vigente, que farão o recebimento nos termos do artigo 140, II, "a" e "b", da Lei n.º 14.133/21, da seguinte forma:
 - 8.1.1. **provisoriamente**, em até 5 (cinco) dias consecutivos a contar da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na contratação;
 - 8.1.2. **definitivamente**, com a emissão do respectivo termo de recebimento, após a verificação da qualidade, características e quantidades do objeto e consequente aceitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados após o recebimento provisório.
 - 8.1.2.1. na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 8.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução das obrigações decorrentes da presente aquisição.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. Compete ao CONTRATANTE:
 - 9.1.1. receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto adquirido;
 - 9.1.2. receber o objeto e lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o adquirido e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;
 - 9.1.3. comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto entregue, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 9.1.4. efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à aquisição do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

SEMUSA

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: saudecabixi.gov@hotmail.com.br

D: 328252 e CRC: 96103ECF



- 9.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. proceder à entrega do objeto no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.1.2. considerar os preços propostos completos e suficientes para aquisição do objeto, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da CONTRATADA;

10.1.3. arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes da aquisição, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens licitados;

10.1.3.1. entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;

10.1.4. indenizar terceiros e ao CONTRATANTE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/21;

10.1.5. arcar com todas as despesas necessárias ao objeto licitado;

10.1.6. entregar o objeto em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.1.7. substituir o objeto avariado no prazo estabelecido neste Termo de Referência, ou não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pelo CONTRATANTE;

10.1.8. prestar informações sobre a utilização do objeto;

10.1.9. manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante o prazo de entrega do objeto, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.1.10. responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

10.1.11. não subcontratar o objeto, salvo esteja expressamente permitido neste Termo de Referência;

10.1.12. prestar a garantia legal nos termos do Código de Defesa do Consumidor e normas da ANP, especialmente quanto à segurança, integridade e conformidade do GLP fornecido;



Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

10.1.13. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.1.14. informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante, durante o período de entrega, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, caput).

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da entrega do objeto, o prazo poderá ser prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/21, art. 115, § 5.º).

11.3. A execução das obrigações decorrentes desta licitação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, caput).

11.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).

11.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).

11.4. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto licitado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei n.º 14.133/21, art. 119).

11.5. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução das obrigações desta licitação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei n.º 14.133/21, art. 120).

11.6. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação (Lei n.º 14.133/21, art. 121, caput).

11.6.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto licitado (Lei n.º 14.133/21, art. 121, § 1.º).

11.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.8. O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

SEMUSA



- 11.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 11.10. Além do disposto acima, a fiscalização contratual deverá realizar a conferência do objeto no ato da entrega, verificando a conformidade do gás liquefeito de petróleo (GLP), a integridade dos botijões, a quantidade solicitada e a adequação às especificações do Termo de Referência.
- 11.11. O recebimento do objeto será formalizado pela fiscalização mediante atesto em documento fiscal ou equivalente, após verificação da entrega e conformidade dos itens fornecidos, não sendo exigido relatório técnico específico, salvo quando solicitado pela Administração.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será efetuado a cada entrega do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal, **até o 30.º dia consecutivo, após o ateste realizado pela Comissão** designada pelo CONTRATANTE por meio de Portaria. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 12.2. A CONTRATADA deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.
- 12.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a CONTRATADA adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a CONTRATADA ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.
- 12.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- 12.4. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela CONTRATADA.
- 12.5. Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.
- 12.6. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.
- 12.7. A atualização financeira dos valores a serem pagos terá como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, contados desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento.

Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

- 12.8. Para fins de pagamento, a CONTRATADA, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da CONTRATADA. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.
- 12.9. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do item/grupo poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação **para menos**, resultante da necessidade de serem obtidos valores unitários com **até duas casas decimais**, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à **segunda**.
- 12.10. Será emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato, nos termos do artigo 95, da Lei n.º 14.133/21, por se tratar de fornecimento não-contínuo e os itens possuem prazo de entrega imediata, integral e dos quais não resultam em obrigações futuras.

13. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

- 13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de **12 (doze) meses** contados da data do orçamento estimado da contratação.
- 13.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do **Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 13.2.1. O reajuste deverá ser pleiteado, protocolizando-o na Diretoria Financeira da Secretaria demandante, até o término da contratação ou até a data da prorrogação subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.
- 13.3. Fica assegurado o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei n.º 14.133/21, sempre que ocorrerem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que venham a alterar significativamente os custos da execução do objeto.
- 13.4. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao fornecedor a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.
- 13.5. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.
- 13.6. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.
- 13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.8. O reajuste dos preços contratados será realizado por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

SEMUSA

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: saudecabixi.gov@hotmail.com.br

D: 328252 e CRC: 96103ECF

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. Não haverá a exigência da garantia de execução contratual.

15. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018 (LGPD)

- 15.1. A CONTRATADA fica obrigada a:
- a) cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
 - b) para o tratamento de dados pessoais, limitando-se às finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;
 - c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução da presente contratação, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
 - d) não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
 - e) notificar o CONTRATANTE em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
 - f) fornecer informações úteis ao CONTRATANTE sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
 - g) implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.
 - h) responder pelos danos decorrentes de tratamento de dados pessoais realizado em desacordo com a Lei n.º 13.709/2018, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. A CONTRATADA que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento, especialmente quanto ao fornecimento de gás GLP, transporte e segurança do produto, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei n.º 14.133/21, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal n.º 166/2023 e alterações:

16.1.1. **ADVERTÊNCIA ESCRITA** em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

16.1.2. **MULTA** por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pelo CONTRATANTE, seguindo, ainda a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:

16.1.2.1. para inconformidade **LEVE**, será aplicada multa na razão de **0,5% (cinco décimos por cento) ao dia**, sobre o valor global do item/grupo, **até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho**, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, nas seguintes situações:

- a) pela não entrega da documentação exigida para o certame, nos prazos previstos;

Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

- b) pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

16.1.2.2. **para inconformidade MODERADA, será aplicada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, nas seguintes situações:**

- a) pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;
- b) pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) pela subcontratação de serviços quando não permitidos.

16.1.2.3. **para inconformidade GRAVE:**

16.1.2.3.1. **será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo, pela não celebração da contratação ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;**

16.1.2.3.2. **será aplicada multa de 0,10% (dez décimos por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega do objeto, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;**

16.1.2.3.3. **será aplicada multa de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente.**

16.1.2.4. **Para inconformidade GRAVÍSSIMA:**

16.1.2.4.1. **Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, pela inexecução total do objeto.**

16.1.2.4.2. **Será aplicada multa de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.**

16.1.3. Quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, **até o limite de 30% (trinta por cento).**

16.1.4. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Municipal pelo **prazo de até 3 (três) anos**, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

- a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- b) dar causa à inexecução total ou parcial do objeto;

SEMUSA

Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

- c) dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar a contratação ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

16.1.5. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Municipal pelo **prazo de até 6 (seis) anos**, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução da contratação;
- b) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013;
- f) ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima **ou** 2 (duas) infrações enquadradas como grave **ou** 3 (três) infrações enquadradas como moderada aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal nº 21.763/21 e alterações **ou** 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, **ou**, independente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.

16.1.6. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a executora ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

16.2. Será facultada à CONTRATADA, nos termos da lei, apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste Termo de Referência.

16.3. **As multas e seu pagamento não eximirão a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.**

16.4. Caso a multa não seja quitada em até 15 (quinze) dias contados da emissão da DAM, estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

16.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados à Prefeitura Municipal de Cabixi, pela seguinte classificação orçamentária:

17.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:
Unidade Orçamentária: 0500 – Secretaria Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.021 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Ficha Orçamentária: 162

SEMUSA

Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

- 17.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. Esclarecimentos técnicos referentes ao objeto deste Termo de Referência poderão ser obtidos junto à Secretaria Municipal de Saúde, no setor responsável, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 13h00min, em dias úteis.

- 18.2. Fazem parte deste Termo de Referência:

- a) Anexo I - Descrição do(s) item(ns) e quantidade(s) da contratação.
- b) Anexo II - Forma e critérios de seleção do fornecedor.
- c) Anexo III - Modelo de declarações de habilitação.

- 18.3. Termo de referência elaborado por:

(Documento assinado eletronicamente)

Andressa Ludilaine Paulino Ferreira
Diretor do Departamento de Controle Orçamentário
Secretaria Municipal de Saúde
Dec.095/2026

Aprovo este Termo de Referência e atesto sua conformidade às disposições do Decreto Municipal n.º 166, de 1º de setembro de 2023.

(Documento assinado eletronicamente)

Adnair Gomes de Freitas
Secretária Municipal de Saúde
Dec. n.º 256/2025

SEMUSA

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: saudecabixi.gov@hotmail.com.br

D: 328252 e CRC: 96103ECF



Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA

DESCRIÇÃO DO(S) ITEM(NS) E QUANTIDADE(S) DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Preço Unitário Máximo
1	Recarga de Gás de cozinha (GLP) 13 kg.	Carga	25	R\$ 137,40
2	Recarga de Gás de cozinha (GLP) 45 kg.	Carga	40	R\$ 440,93
3	Botijão de Gás de cozinha (GLP) 13 kg.	Unidade	5	R\$ 190,85
4	Botijão de Gás de cozinha 45 kg.	Unidade	2	R\$ 590,66
5	Kit de Regulador de Gás 1k para Botijão 13 kg.	Kit	10	R\$ 51,53
6	Mangueira nitrílica flexível para gás GLP p4501.	Unidade	5	R\$ 54,04
7	Recarga de Gás de cozinha (GLP) 13 kg. CASA DE APOIO PORTO VELHO	Carga	25	R\$ 137,40
			Total:	R\$ 27.428,27

SEMUSA

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: saudecabixi.gov@hotmail.com.br

D: 328252 e CRC: 96103ECF

ANEXO II - DO TERMO DE REFERÊNCIA

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

a) FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

1.1.1. Da divisão da licitação: Adjudicação por Item.

b) CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DAS PROPOSTAS

2.1. Da documentação técnica:

2.1.1. Não haverá a exigência de documentação técnica nesta contratação.

2.2. Material informativo, catálogo ou prospecto técnico:

2.2.1. Não haverá a exigência de documentação técnica nesta contratação.

2.2.2. Não haverá a exigência de material informativo, catálogo ou prospecto técnico para encaminhar em anexo à proposta de preços para esta contratação.

2.3. Apresentação de amostra(s) / prova(s):

2.3.1. Não haverá a exigência de amostra ou prova para esta contratação.

c) DA HABILITAÇÃO

3.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas** a contar da solicitação feita pelo Pregoeiro, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

3.2. A habilitação da(s) licitante(s) mais bem classificada(s) em relação à habilitação jurídica, à habilitação fiscal, à habilitação trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica poderão ser verificados por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangido.

3.3. Ressalvado o disposto no subitem acima, a(s) licitante(s) mais bem classificada(s) deverá(ão) encaminhar a seguinte documentação para fins de habilitação:

3.3.1. Habilitação Jurídica

- a) **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- b) **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

- d) **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- e) **No caso de agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.
- f) **No caso de produtor rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- g) **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.3.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

3.3.2. Habilitação Técnica:

- a) Não será exigida documentação de qualificação técnica, considerando tratar-se de fornecimento comum, amplamente disponível no mercado e sem necessidade de comprovação técnica específica para execução do objeto

3.3.3. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) **Certidão de Regularidade do FGTS**, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- f) **Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas - CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- g) **Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

3.3.3.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3.3.3.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3.3.4. Habilitação Econômico-financeira:

- a) **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, **caso se trate de pessoa física**, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de **sociedade simples**;
- b) **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II, **caso se trate de pessoa jurídica**.
- c) **Balanço patrimonial**, demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente, quando aplicável.
- d) Para empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos, será aceito o balanço de abertura ou o último balanço disponível.
- e) As empresas desobrigadas de escrituração contábil formal poderão apresentar declaração de capacidade econômico-financeira, assinada por profissional contábil habilitado.
- f) Microempreendedor Individual (MEI) fica dispensado da apresentação de balanço patrimonial, nos termos da legislação vigente.
- g) Fica dispensada a exigência de índices de liquidez e solvência, considerando a natureza comum do objeto da contratação.

3.3.4.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.3.4.2. As empresas desobrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital – ECD e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

3.3.4.3. Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital – ECD deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital, Demonstração de Resultado do Exercício e as Notas Explicativas.

SEMUSA

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: saudecabixi.gov@hotmail.com.br

D: 328252 e CRC: 96103ECF





Município de Cabixi

22.855.159/0001-20
Av. Tamoios
www.cabixi.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	027/SEMUSA - RETIFICADO II	30/04/2026

ID: **328252**

CRC: **96103ECF**

Processo: **1-768/2026**

Usuário: **Andressa Ludilaine Paulino Ferreira**

Criação: **30/04/2026 09:25:31** Finalização: **30/04/2026 09:27:40**

Processo



Documento



MD5: **683338E141136032A3BBD2E7E64F7038**

SHA256: **B375B394478F95C002DE00ED5DF7065EE136B9A4CB2089C7CBF6EE2AA6D5D3CE**

Súmula/Objeto:

Termo de Referência - 27/SEMUSA - RETIFICADO II

INTERESSADOS

Secretaria Municipal de Saúde	CABIXI	RO	30/04/2026 09:25:31
-------------------------------	--------	----	---------------------

ASSUNTOS

Material de Consumo; Gás e outros materiais engarrafados	30/04/2026 09:25:31
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



Adnair Gomes de Freitas

Secretária de Saúde

30/04/2026 10:14:45

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 84/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.cabixi.ro.gov.br informando o ID 328252 e o CRC 96103ECF.